



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



023

DESAFORAMENTO Nº 0186010-6

COMARCA : Itambé – Vara Única
REQUERENTE : Juiz de Direito
REQUERIDO : Antônio Gomes da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Drª Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. JÚRI. DESAFORAMENTO REPRESENTAÇÃO DO JUIZ SINGULAR. PARCIALIDADE DO JÚRI. OCORRÊNCIA.

I – Verificando-se, no distrito da culpa e nas cidades próximas da região, onde existe elevado índice de homicídios sem autoria conhecida, que a população vive amedrontada pela ação de grupos de extermínio, dos quais o Recorrido, que responde a diversos feitos criminais de natureza grave na Comarca local, é supostamente participante, inclusive como líder, a dúvida acerca da parcialidade dos Jurados é bastante para respaldar o deslocamento da competência do julgamento para a Comarca da Capital, conforme a Representação do Juízo processante, a teor do Art. 427, caput, do CPP.

II – Pedido deferido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Desaforamento nº 0186010-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em deferir o pedido**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 05 de 02 de 2010


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



DESAFORAMENTO Nº 0186010-6

024

COMARCA : Itambé – Vara Única
REQUERENTE : Juiz de Direito
REQUERIDO : Antônio Gomes da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Drª Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

RELATÓRIO

O Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé-PE, fundamentado no Art. 427, *caput*, do CPP, representou pelo Desaforamento do julgamento do acusado **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, qualificado nos autos (fls. 02), atualmente recolhido no Presídio Professor Aníbal Bruno, já pronunciado, no Processo-Crime nº 221.2001.000008-6, a que responde, juntamente com RICARDO PEREIRA DE PAULA, codinome "**Lanche**", e JOSINALDO JOSÉ DA SILVA, por suposta infração ao Art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (*homicídio duplamente qualificado*).

Em síntese, alega o Togado monocrático (fls. 02/05) que o Requerido é habitado a crimes de alto potencial ofensivo, visto que, além do feito originário, envolveu-se em mais 05 (cinco) Ações Penais na mesma Comarca de Itambé-PE, o que demonstra sua periculosidade, além de ser tido como participante de grupo de extermínio.

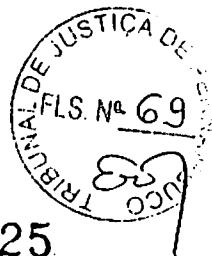
Aduz o Juízo singular que a Comarca de Itambé-PE vive, há mais de 10 (dez) anos, sob o domínio de grupos de extermínio, contando, atualmente, com mais de 100 (cem) homicídios sem autoria, apesar de instaurados Inquéritos Policiais, suspeitando-se terem sido praticados "por encomenda" ou em ação direta de extermínio.

Sustenta que dito município permanece num clima tenso, no qual imperam o medo e a inquietação da população, por falta de segurança. Acrescenta não haver qualquer possibilidade de se realizar julgamentos pelo Tribunal do Júri, na Comarca de Itambé-PE e nas cidades da Zona da Mata Norte de Pernambuco, de réus supostamente envolvidos em grupos de extermínio, como ocorre com o Requerido, posto que existem sérias dúvidas sobre a imparcialidade dos Jurados, por receio iminente de represália.

À Inicial foram acostados os documentos de fls. 06/39.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



No despacho de fls. 47, o Relator Substituto determinou a baixa dos autos ao Juízo de origem, a fim de que o Ministério Público e o Requerido se pronunciassem sobre o Pedido.

A Promotoria de Justiça manifestou-se sobre o pleito contido na exordial (fls. 52/53), opinando por seu deferimento. O Defensor Público restringiu-se a discordar da referida pretensão, além de informar não ser possível se deslocar para a Capital, pelo que requereu a designação de outro Defensor (fls. 55).

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, pronunciou-se pelo deferimento do pedido (fls. 62/65).

É o relatório.

À revisão.

Recife, 21 de Dezembro de 2009


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



026

DESAFORAMENTO Nº 0186010-6

COMARCA : Itambé – Vara Única
REQUERENTE : Juiz de Direito
REQUERIDO : Antônio Gomes da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Drª Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

VOTO

Trata-se de Pedido de Desaforamento do julgamento do acusado **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, qualificado nos autos (fls. 02), atualmente recolhido no Presídio Professor Aníbal Bruno, já pronunciado, no Processo-Crime nº 221.2001.000008-6, a que responde, juntamente com RICARDO PEREIRA DE PAULA, codinome "**lanche**", e JOSINALDO JOSÉ DA SILVA, por suposta infração ao Art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (*homicídio duplamente qualificado*).

Coube ao Magistrado a quo a Representação do presente Desaforamento, com fundamento na dúvida acerca da imparcialidade dos Jurados da Comarca de Itambé-PE, ante possível represália por parte de grupos de extermínio atuantes no município, sendo o Recorrido tido como um de seus integrantes.

Narra a Denúncia (fls. 06/08) que, no dia **13/12/2000**, nas imediações do bairro do Maracujá, em Itambé-PE, a vítima **Edmilson Firmino Maciel** foi morto em consequência de vários disparos de arma de fogo, concentrados na cabeça, em frente à sua residência, quando conversava com os acusados, tendo cada um deles disparado os tiros à queima roupa.

Relata a Preambular Ministerial que os denunciados são integrantes de grupo de extermínio, atuante naquela cidade e redondezas, sob a liderança do **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, ora Recorrido, acrescentando que os acusados, com arma à mostra e conduzindo motocicleta, espalhavam o terror e a violência na cidade, impondo até a "lei do silêncio", além de exigirem valor em dinheiro para assassinar suas vítimas.

Em síntese, alega o Juízo singular (fls. 02/05) que o Requerido é habituação a crimes de alto potencial ofensivo, visto que, além do feito originário, envolveu-se em mais 05 (cinco) Ações Penais na mesma Comarca de Itambé-PE, sendo duas relativas a **homicídio qualificado** (Processos-Crime nº 221.2001.0000007-8, este arquivado em 2006, e nº 221.2003.0003-4, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



027

tramitação); uma por formação de quadrilha (Processo-Crime nº 221.2001.00003-5, em tramitação), outra por ameaça (Processo-Crime nº 76/01, arquivado em 2007), e uma por violação de domicílio na forma qualificada (Processo-Crime nº 91/01, arquivado em 2003), o que indica ser o Requerido dotado de periculosidade, além de ser tido naquela Comarca como participante de grupo de extermínio.

Alude o Togado monocrático que a Comarca de Itambé-PE está dominada por grupos de extermínio há mais de 10 (dez) anos, contando, atualmente, com mais de 100 (cem) homicídios sem autoria, apesar de instaurados Inquéritos Policiais, suspeitando-se terem sido praticados "por encomenda" ou em ação direta de extermínio.

Assevera que foram investigados os homicídios ocorridos em Itambé-PE por uma CPI sobre a matéria, realizada pela Câmara dos Deputados, durante o período de 2003 a 2006, que concluiu haver um único grupo que agia nas cidades de Itambé-PE, Pedras de Fogo-PB e demais cidades localizadas entre as fronteiras dos Estados de Pernambuco e Paraíba.

Refere que, em 24/01/2009, foi assassinado o Advogado **Manoel Mattos** na cidade de Caaporã-PB, por pessoas que o mesmo havia denunciado, durante a aludida CPI, como integrantes da organização criminosa que atuava na Comarca de Itambé-PE, o que causou grande comoção, abalo e medo, com repercussão inclusive nacional.

Sustenta que dito município permanece num clima tenso, no qual imperam o medo e a inquietação da população, por falta de segurança. Acrescenta não haver qualquer possibilidade de se realizar julgamentos pelo Tribunal do Júri, na Comarca de Itambé-PE e nas cidades da Zona da Mata Norte de Pernambuco, de réus supostamente envolvidos em grupos de extermínio, como ocorre com o Requerido, posto que existem sérias dúvidas sobre a imparcialidade dos Jurados, por receio iminente de represália.

Acerca do pleito contido na Exordial, assim manifestou-se a Promotoria de Justiça (fls. 53):

"A permanência do julgamento para esta cidade implicará na absolvição do acusado por antecipação, não que se esteja adiantando um julgamento, já que o julgamento do Tribunal de Justiça é técnico e fundamentado, e não diz respeito ao mérito. Já o deferimento proporcionará um



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



028

juízo sem previsão de resultado, ou seja, um julgamento natural desprovido do elemento psicológico. No caso a decisão processual poderá determinar à do mérito, a razão do pedido é justamente buscar um equilíbrio para o julgamento, que encontra-se (sic) ameaçado à toda evidência. O que pensar de um Jurado que sabe que cem crimes estão sem autoria atualmente em sua cidade? Ele seria mais ou menos importante do que aquelas pessoas que foram mortas? (...)."

O motivo apresentado pelo Juízo singular para suscitar o Desaforamento reside na dúvida acerca da imparcialidade dos Jurados, em razão de possível represália por parte de grupos de extermínio atuantes na cidade e região, dos quais supostamente faz parte o Recorrido.

Sem adentrar no mérito do feito originário, mas tão somente para apreciar a viabilidade ou não do Pedido de que tratam os autos, importa registrar diversos depoimentos colhidos judicialmente, no que pertine à existência dos citados grupos de extermínio, a ligação com o Recorrido e a intranquilidade a que está submetida a população residente na Comarca de Itambé-PE:

*"(...) que ouviu dizer que Antônio Gomes é acusado de outros crimes e chefia um grupo de matadores; (...) que as pessoas tinham medo de sair de casa por causa dos matadores, como também tinham medo de falar sobre o assunto, mas após as prisões efetuadas a situação se acalmou; (...) que quando as pessoas ouviam o barulho de moto ficavam assombradas e fechavam as portas." (Testemunha **Agripino Avelino da Silva**, fls. 14/15).*

*"(...) que confirma ter ouvido falar da existência de grupo de extermínio nesta região; que confirma que as pessoas evitavam sair à noite; que confirma que ouviu dizer que integravam o grupo de extermínio Antonio Gomes, Lula, lancha, Zé vigia e mais outros, que confirma que ouviu dizer que as vítimas Fir, Marco Bala e Pedrinho tinham sido mortos pelo grupo de Antonio Gomes." (Testemunha **Clodomir Dionízio Correia**, fls. 16).*

"(...) que, confirma ter ouvido muitos comentários sobre a existência de grupo de extermínio atuando nesta cidade; que confirma que ouviu dizer que as pessoas tinham medo de sair



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



a noite; quer (sic) confirma que ouviu dizer que integravam o grupo de extermínio Antonio Gomes, Lula, Zé Vigia e outros; que confirma que o grupo havia eliminado as vítimas Marcos Bala, Fir e Paulinho; (...) que o depoente tinha medo de sair a noite, temendo ser a próxima vítima, pois acha que quem é capaz de matar friamente é capaz de matar qualquer pessoa." (Testemunha **Janildo Brás de Lima**, fls. 16).

"(...) que ouviu falar da existência de grupo de matadores em Itambé; que é verdade que havia toque de recolher e a lei do silêncio, pois ninguém podia sair a noite e falar sobre os crimes; que ouviu dizer que fazem parte do grupo de matadores Antonio Gomes, "lula", "lanche", "Zé vigia", "Raminho", Inácio, "Manoel Vigia; (...) que ouviu dizer que o chefe dos matadores é seu tio Antonio Gomes." (Testemunha **Vandison Lima da Silva**, sobrinho do Recorrido, fls. 16).

"(...) que confirma ter conhecimento da existência de grupo de extermínio em Itambé e que as mortes continuavam acontecendo." (Testemunha **Antônio Alves de Freitas**, fls. 19).

Às fls. 38, consta certidão lavrada pelo Chefe de Secretaria da Vara Única da Comarca de Itambé-PE, relatando ter atendido uma senhora que se identificou como sendo a esposa do acusado **ANTONIO GOMES DA SILVA**, ora Recorrido, para saber acerca do tempo de sua prisão, sendo informada que a mesma teria que procurar a 1ª Vara das Execuções Penais em Recife, por estar o mesmo cumprindo condenação transitada em julgado. Dito servidor relatou, ainda, ter sido surpreendido, dias depois, com um telefonema do aludido denunciado, "de dentro do presídio", num tom bastante ameaçador, exigindo que todas as informações requeridas por sua senhora fossem prontamente fornecidas.

Além dos processos criminais elencados pelo Juízo de 1º Grau, consta um outro feito a que responde o Recorrido, na Comarca de Itambé-PE, consoante se depreende da certidão de fls. 35, autuado sob o nº 221.2003.000032-4, que se refere à tipificação contida no Art. 121, § 2º, inciso IV, do CP (*homicídio qualificado*).

Vê-se, pois, que assiste razão ao Magistrado Requerente.

É inconteste a existência de grupos de extermínio na Comarca de Itambé-PE e região circunvizinha, inclusive pela conclusão a que chegou a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



030

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema, realizada pela Câmara dos Deputados, no período de **2003 a 2006**. Ademais, as testemunhas ouvidas judicialmente referem ter conhecimento ou, ao menos, terem ouvido falar da ação desses matadores, com a indicação do acusado, **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, ora Recorrido, supostamente não só como um de seus integrantes, mas exercendo a liderança.

Note-se, conforme relatado pelo Juízo singular, que os homicídios persistem naquela cidade, o que, aliás, também foi afirmado no depoimento da testemunha **Antônio Alves de Freitas** (fls. 19).

A inquietação e o fundado receio dos moradores de Itambé-PE em relação à ação desses grupos de extermínio restaram, igualmente, evidenciados, o que pode relletir nos Componentes do Conselho de Sentença daquela Comarca. A provável atitude do Recorrido, no telefonema mencionado no documento de fls. 38, demonstra que qualquer cidadão que fale sobre o assunto e, sobretudo, preste depoimento desfavorável ou componha o Júri, é passível de represália, e esta pode significar a perda da própria vida ou de um parente.

Por outro lado, não se pode desconsiderar a quantidade de homicídios ocorridos na Comarca de Itambé-PE, com autoria desconhecida – mais de 100 (cem), tampouco o número de feitos criminais graves a que responde o Recorrido, sobretudo vários homicídios qualificados, inclusive o referido nestes autos.

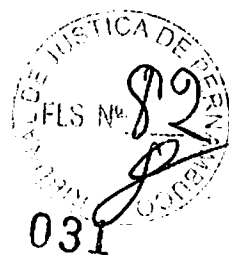
Sobre o tema em discussão, discorreu a douta Procuradoria de Justiça Criminal (fls. 63/64):

"(...) Noticiam os autos que a atuação dos citados grupos de extermínio tem dificultado sobejamente a elucidação de crimes e quando este conseguem ter as autarias configuradas, a população passa a ser alvo de investidas e ameaças que objetivam a impunidade dos envolvidos.

(...) É verdade, conforme alega o douto Juiz a quo que há fundado receio de que o Tribunal do Júri, quanto a esse processo, não consiga conferir ao corpo de jurados a tranquilidade e a imparcialidade necessárias para decidirem conforme suas consciências e não acossados pelo terror imposto pelo recorrido e o grupo do qual, supostamente, faz parte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A composição popular do Tribunal do Júri, no que concerne a sua garantia de imparcialidade estará comprometida ao apreciar a causa, a população local vive sob o cajado dos grupos que dominam a região e outorgam o medo como legado."

Na análise da viabilidade do Pedido de Desaforamento, é essencial a manifestação do Juiz de Direito atuante na Comarca onde tramita o feito, porquanto detém melhores condições para aquilatar a necessidade da modificação da competência original. In casu, foi o próprio Magistrado singular que tomou a iniciativa, argumentando, inclusive, que não apenas em Itambé-PE é possível a realização do julgamento imparcial do acusado, **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, ora Recorrido, mas também nas cidades que integram a Região da Mata Norte de Pernambuco. Diante disso, pugnou pelo julgamento na Comarca da Capital.

A relevância do posicionamento do Togado monocrático, na hipótese de Desaforamento, pode ser extraída dos seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"STJ: "Não basta para o indeferimento do pedido de desaforamento meras suposições ou alegações vagas a respeito da possível imparcialidade dos jurados, sem qualquer base em fatos concretos. A manifestação do juiz singular é de extrema importância no deslinde do desaforamento, pois, por estar inserido na comunidade onde ocorreu o crime, é capaz de averiguar com maior precisão, o sentimento social que circunda o caso. Precedente" (HC 31784/SE, Rel. Min. Gilson Dipp. DJU de 28.06.2004).

"STJ: "HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO, ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – CRIMES CONEXOS – MORTE DE UMA TESTEMUNHA DA ACUSAÇÃO – FALTA DE PROVA DA LIGAÇÃO COM OS FATOS EM JULGAMENTO – MERAS SUSPEITAS – TEMOR NÃO COMPROVADO. ORDEM DENEGADA.

A competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e os que lhe são conexos é, em princípio, do Conselho de Sentença da comarca em que os fatos criminosos ocorreram, salvo excepcional motivação.

A competência do corpo de Jurados local só pode ser afastada mediante comprovados fatos concretos de que as condições locais não permitem um julgamento isento, possam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



032

colocar em risco a segurança do réu, testemunhas ou dos Jurados.

(...)

A opinião do Magistrado do processo, que está perto dos fatos, é de suma importância para se aferir à necessidade do desaforamento.

(...)

Ordem denegada." (sem grifos no original) (HC 73.451/PE, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2007, DJ 22/10/2007 p. 324).

O Supremo Tribunal Federal já entendeu que para configuração da dúvida sobre a imparcialidade do Júri, que autoriza o afastamento da competência do Conselho de Sentença da Comarca local, bastam indícios capazes de produzir fundado receio, não se exigindo a certeza (RT 603/436).

Registre-se, também, que a concessão do pedido vindicado não afronta o princípio do Juiz natural albergado na atual Carta Política (Art. 5º, inciso LIII), pois a regra disciplinadora da matéria (Art. 427, CPP), não fere a norma constitucional antes referida, tal como sedimentado na jurisprudência:

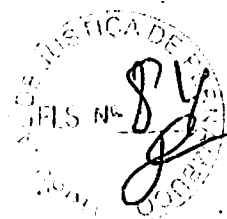
STF: "Juiz natural do processo por crimes dolosos contra a vida é o Tribunal do Júri. Mas o local do julgamento pode variar, conforme as normas processuais, ou seja, conforme ocorre alguma das hipóteses de desaforamento previstas no art. 424, do CPP, que não são incompatíveis com a Constituição anterior nem com a atual (de 1988) e também não ensejam a formação de um tribunal de exceção" (RT 661/364).

O Art. 427, do CPP, impõe o Desaforamento do julgamento para "outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas". Mas, não estamos diante de normas processuais estanques e absolutas. Como bem assinalou LUIZ FLÁVIO GOMES, dependendo das circunstâncias do caso concreto, o Tribunal poderá autorizar o Desaforamento para Comarca mais distante, ou até mesmo para a Capital do Estado (in *Comentários às Reformas do Código de Processo Penal e da Lei de Trânsito*, Edit. RT, 2008).

No caso concreto presente, fica claro que o pedido está amplamente fundamentado quanto à necessidade do Desaforamento, justificando-se, inclusive, a inconveniência de que o julgamento pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



033

Conselho de Sentença se realize nas Comarcas mais próximas do distrito da culpa e até mesmo em qualquer Comarca da Região da Mata Norte, como referiu o Togado monocrático.

Nesse sentido:

"STJ: "HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DESAFORAMENTO PARA A COMARCA DA CAPITAL. DÚVIDA SOBRE A PARCIALIDADE DOS JURADOS. ATOS DE VIOLÊNCIA E INFLUÊNCIA POLÍTICA. "INTIMIDAÇÃO INIGUALÁVEL". APONTAMENTO DE FATOS CONCRETOS IMPUTADOS AOS ACUSADOS. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. *Legítimo o desaforamento para a capital quando o acórdão consigna que os acusados teriam poder de "intimidação Inigualável" na comarca e nas regiões vizinhas, por terem "notória" participação em atos de violência, inclusive homicídios, e rixas com famílias tradicionais, especialmente porque o impetrante não trouxe elementos e documentos que pudessem afastar essas considerações.*

(...)

3. *Ordem denegada.*" (sem grifos no original) (HC 84.978/AL, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 31/10/2007, DJ 26/11/2007 p. 253).

Por todo o exposto, **DEFIRO** o Pedido de Desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento do acusado, **ANTÔNIO GOMES DA SILVA**, ora Recorrido, pelo Tribunal do Júri, do distrito da culpa para uma das Varas Privativas do Recife, acolhendo o posicionamento do Ministério Público, do 1º e do 2º Graus.

Recife, 03 de 02 de 2010


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



034

39

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

DESAFORAMENTO Nº 186010-6

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Itambé - Vara Única

REQUERENTE: Juízo de Direito da Comarca de Itambé

REQUERIDO: Antonio Gomes da Silva

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

REVISORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DE REVISÃO

O Juiz em exercício cumulativo da Comarca de Itambé formulou representação por desaforamento (fls. 02/05), do julgamento pelo Tribunal do Júri daquela Comarca, do Processo-Crime nº 221.2001.000008-6 a que responde **Antonio Gomes da Silva**, juntamente com Ricardo Pereira de Paula e Josinaldo José da Silva, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, conforme sentença de pronúncia (fls. 23/27).

No âmbito do juízo singular, o Representante do *Parquet* (fls. 52/53), opinou pelo acolhimento da pretensão inaugural.

A defesa do acusado Antonio Gomes da Silva rechaçou a pretensão vindicada (fls. 55).

Nesta Superior Instância, a Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, às fls. 62/65, opinou pelo deferimento do pedido de desaforamento.

Alega, o Juiz singular, que o Conselho de Sentença da Comarca de Itambé, onde o réu Antonio Gomes da Silva fora pronunciado, não tem imparcialidade para julgar o acusado, pugnando pelo desaforamento, afirmando, também, que o réu é pessoa que habitualmente se envolve em crimes de alto potencial ofensivo, indicando periculosidade e de que atue efetivamente em grupo de extermínio.

Ao formular a presente representação (fls. 02/05), o togado monocrático asseverou:



035



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

"(...) Segundo consta na denúncia, o réu Antonio Gomes da Silva, juntamente com Ricardo Pereira de Paula e Josinaldo José da Silva, teria, no dia 13.12.2000, mediante dois disparos de arma de fogo, um na nuca e outro no coração, ceifado a vida da vítima Edmilson Firmino Maciel, conforme perícia tanatoscópica em anexo, caracterizando ação típica de grupo de extermínio.

(...).

O réu Antonio Gomes, além do presente feito, ainda responde/respondeu a mais cinco processos criminais na Comarca, sendo eles:

1 – 221.2001.0000007-8/01 – art. 121, § 2º, incs. II e IV, do CP. Arquivado em 2006;

2 – 76/01 – art. 147, do CP, cuja vítima foi o hoje falecido Manoel Elezerra Mattos Filho. Arquivado em 2007;

3 – 91/01 – art. 150, § 1º, do CP, e art. 10, § 1º, da Lei nº 9.434/97. Arquivado em 01.10.03;

4 – 221.2001.00003-5 – art. 288, parágrafo único, do CP. Em tramitação; e

5 – 221.2003.00032-4 – art. 121, § 2º, inc. IV, do CP. Em tramitação.

Percebe-se, então, que o réu é pessoa que habitualmente se envolve em crimes de alto potencial ofensivo, sendo três acusações de homicídio, indicando periculosidade e que efetivamente atue em grupo de extermínio.

Por sua vez, é fato que a Comarca de Itambé, há mais de 10 anos, vive sob o domínio de grupos de extermínio. Há, hoje, em Itambé, mais de 100 crimes de homicídios sem autoria, apesar de instaurados inquéritos policiais. A maior parte deles há a suspeita de ter sido praticado "por encomenda" ou em ação direta de extermínio.

A questão é tão grave que os crimes de homicídios ocorridos em Itambé foram investigados pela CPI dos Grupos de Extermínio, realizada pela Câmara de Deputados, entre os anos de 2003 a 2006, chegando-se a conclusão que havia um único grupo que agia nas cidades de Itambé/PE, Pedras de Fogo/PB e demais cidades localizadas entre as fronteiras dos Estados de Pernambuco e Paraíba.

Durante a dita CPI, foram ameaçados de morte a Promotora de Justiça de Itambé Rosemary Souto Maior e o advogado Manoel Bezerra de Mattos Neto, os quais passaram a receber proteção policial.

Ocorre, porém, que o tempo passou, a CPI terminou, mas os grupos de extermínio continuaram a praticar livremente seus delitos na região, sem que nenhum dos Estados da Federação tomasse qualquer providência para combater tal forma de crime organizado. Muita gente foi assassinada em Itambé desde então.

Para piorar, recentemente, em 24.01.09, foi covardemente assassinado o advogado Manoel Mattos na cidade de Caaporã/PB, com dois tiros de espingarda calibre 12, sendo um na cabeça, por pessoas que ele próprio havia denunciado, anos antes, na CPI dos Grupos de Extermínio, como integrantes da organização criminosa que atuava na Comarca de Itambé/PE.



036



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Tal fato causou grande comoção, abalo e medo na sociedade. O caso teve repercussão nacional diante da vítima ser um dos poucos que teve coragem de enfrentar o perigoso crime organizado na região. Tragicamente, terminou vítima de criminosos que combatia.

Para se ter a idéia da repercussão do fato, basta mencionar que, após quase dois meses do crime, a Revista Carta Capital de nº 553, de março de 2009, trouxe nova matéria sobre o crime e ainda expõe a livre ação dos grupos de extermínio na região de Itambé e Pedras de Fogo/PB.

O fato, então, é que o Município de Itambé vive num clima tenso, no qual impera o medo e a inquietação da população, que entendeu não possuir qualquer segurança após ver seu maior defensor morto brutalmente, exatamente por aqueles que Manoel Mattos tanto combateu.

Esta é a realidade em que vive a Comarca de Itambé hoje.

Não há, hoje, qualquer possibilidade de realizar julgamentos, pelo Tribunal do Júri, de réus supostamente envolvidos com a ação de grupos de extermínio. Os jurados não apresentam a imparcialidade necessária para julgar tais processos, visto o receio iminente de represália por membros da organização criminosa.

No caso dos autos, não observo condições do réu Antonio Gomes ser julgado em Itambé, já que a imputação prevista na Denúncia é, aparentemente, típica de grupo de extermínio. A notícia que se escuta em Itambé é de que o réu faz parte mesmo de um grupo de extermínio. Com certeza, os jurados não terão a tranqüilidade necessária para exercerem uma análise imparcial e livre dos fatos e julgarem o réu de acordo com suas consciências.

Apenas para exemplificar a situação, o próprio Chefe de Secretaria da Comarca de Itambé se viu constrangido quando recebeu uma ligação telefônica do réu, que se encontra preso no Presídio Aníbal Bruno, pela qual reclamou que seu processo não estava sendo devidamente encaminhado, conforme certidão em anexo.

Enfim, o réu é tido como pessoa de alta periculosidade, supostamente integrante do grupo de extermínio que age na região, não sendo adequado seu julgamento na Comarca de Itambé e nem em qualquer outra Comarca da Zona da Mata Norte de Pernambuco, já que a ação de grupos de extermínio é por demais conhecida em toda região. (...)"

Extraído do pronunciamento ministerial (fls. 52/53), o seguinte excerto:

"(...) A oitiva do MP e da Defesa, sobre o pedido de desaforamento, é antes de tudo um princípio democrático, mas se não fosse por essa formalidade, as justificativas apresentadas pelo Douto Magistrado, que nem titular desta Comarca é, mas não precisa sê-lo para saber do problema desta cidade que se espalha Brasil à fora em razão da violência que impera nesta fronteira, já

3



037



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

seriam suficientes para o deferimento do pedido. Pois tal violência não encontra limites, quando o próprio réu deste processo liga do Presídio para o chefe de Secretaria para reivindicar, de forma intimidadora, seus eventuais direitos., é porque já se sente a vontade para fazer esse tipo de coisa. É uma prova de que utilizar telefone na cadeia também serve para se comunicar com a Justiça, pois se todo mundo sabe disso e não se pode cessar tal procedimento, eis uma parte do Estado falida, que consegue apenas fisicamente deixar o preso preso, mas o deixa livre para se comunicar com o mundo da forma que desejar, inclusive para se comunicar com o próprio Estado. O pior de tudo isso é que a comunicação não vai parar. Inocente foi a intenção do Pernambucano Chacrinha ao cunhar: "quem não se comunica se trumbica". O significado da frase ganha corpo quando o seu uso é levado às últimas consequências. Aceitando a realidade de que sou passivo de receber um telefonema do tipo que o Chefe de Cartório recebeu, assim como um Juiz, Delegado ou Desembargador: alguém duvida? Ou existem limites ou imunidades? Parece ser um direito potestativo do réu à sua maneira.

Não estamos apenas tratando de uma simples autorização de Desaforamento, mas de tratar a coisa como um "escândalo", muito mais do que deferir o Desaforamento é se preocupar em provocar o Estado como um todo, para um novo olhar para esta fronteira. Depois da CPI que houve nestas bandas, as coisas continuaram como antes, porque o assunto não mudou. O advogado Manoel Matos foi assassinado, a Promotora anda protegida. Me parece que algo está errado, e eu que sou de outro lugar, sinto isto, imaginem o que aqui permanecem.

Se existem fundadas suspeitas da imparcialidade do Júri, existem certezas de que outros desaforamentos virão para tentar, no varejo, combater o crime, quando no atacado as coisas permanecerão. Como bem disse o Juiz, mais de 100 crimes sem autoria existem atualmente nesta cidade, já seria o bastante para se fazer algo. O Estado se mobiliza quando alguém importante é morto, quanto vale cem assassinatos?

Não é apenas um caso técnico, de se vê os pressupostos legais para se deferir o pedido, é também uma tomada de posição de política criminal, que transpassa a fronteira do judiciário e requer do poder executivo uma tomada de atitude. Não se pode apenas ficar com o poder subsidiário de se transferir um julgamento, mas de trazer o Estado de volta à Itambé. E devolver ao Júri desta Comarca a sua soberania perdida.

Se estivéssemos apenas falando sobre um caso isolado, seria normal a utilização do instituto, mas quando se prenuncia uma rotina, muda a própria finalidade do Instituto do Desaforamento, transformando-o numa anomalia.

O desaforamento sofre limites territoriais, mas aduziu o requerente que seria melhor desaforar para além desses limites, por razões evidentes. O crime organizado não conhece fronteiras, a lei se limita, mas o crime não segue a mesma lógica. Daí a acuidade do Juiz em sugerir o julgamento para fora da região da Mata Norte. O crime não combinou com a lei que suas atitudes se



038



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

limitariam à esta cidade, muito pelo contrário, ele se expande na medida em que não seja eficazmente combatido. O entorno já foi afetado.

(...).

A permanência do julgamento para esta cidade implicará na absolvição do acusado por antecipação, não que se esteja adiantando um julgamento, já que o julgamento do Tribunal de Justiça é técnico e fundamentado, e não diz respeito ao mérito. Já o deferimento proporcionará um julgamento sem previsão de resultado, ou seja, um julgamento natural desprovido do elemento psicológico. No caso, a decisão processual poderá determinar à do mérito, a razão do pedido é justamente buscar um equilíbrio para o julgamento, que se encontra ameaçado à toda evidência. O que pensar de um Jurado que sabe que cem crimes estão sem autoria atualmente em sua cidade? Ele seria mais ou menos importante do que aquelas pessoas que foram mortas? O medo evolui para a fobia. Como exigir do jurado uma isenção, quando o Estado se mostra negligente. No jargão popular "o exemplo vem de cima".

O pedido é também uma forma de indignação, é uma reação à inércia estatal, é o mínimo daquilo que se pode fazer, é o que está ao seu alcance, mas que deve ser superada esta situação injusta por que passa esta cidade, que se movimenta à morte de um mártir, ao alô da penitenciária...variando para algo desse tipo. (...)"

*Vê-se, pois, que existem fundadas dúvidas sobre a imparcialidade ensejadora da *quaestio juris*, visto que o requerente traz à baila fatos e circunstâncias que demonstram a imperiosa necessidade do desaforamento requerido para que o julgamento do réu seja isento de quaisquer influências.*

*Não se olvide, por necessário, que a espécie se afeiçoa à hipótese oriunda do art. 424¹, do CPP, eis que assente, *in casu*, a necessidade de ser garantida a ordem pública e assegurada a imparcialidade do júri, tal como aventado na exordial.*

*E, nessa senda, a jurisprudência sedimentou entendimento, *verbis*:*

TJSP: "Cuidando-se de desaforamento, a informação do juiz é de grande ou maior valia para a apreciação do pedido e seu julgamento, exatamente porque, com serenidade e imparcialidade, vive ele o

¹ Art. 424 - Se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu, o Tribunal de Apelação, a requerimento de qualquer das partes ou mediante representação do juiz, e ouvido sempre o procurador-geral, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não subsistam aqueles motivos, após informação do juiz, se a medida não tiver sido solicitada, de ofício, por ele próprio.



039



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

cotidiano da comarca e seus habitantes, sabendo, como ninguém, se a segurança do réu, fundada suspeita de parcialidade dos jurados ou interesse de ordem pública reclamam e autorizam a subtração do julgamento dos jurados da comarca em que praticado o crime" (RT 696/323).

Bem de ver, também, que a concessão do pedido vindicado não afronta o princípio do juiz natural albergado na atual Carta Política (art. 5º, LIII), pois a regra disciplinadora da matéria em comento (art. 424, CPP), não fere a norma constitucional antes referida, como assentado na jurisprudência:

STF: "Juiz natural do processo por crimes dolosos contra a vida é o Tribunal do Júri. Mas o local do julgamento pode variar, conforme as normas processuais, ou seja, conforme ocorre alguma das hipóteses de desaforamento previstas no art. 424, do CPP, que não são incompatíveis com a Constituição anterior nem com a atual (de 1988) e também não ensejam a formação de um tribunal de exceção" (RT 661/364).

Forçoso é concluir que o desaforamento é medida excepcional, devendo ser deferida quando houver fundada dúvida sobre a imparcialidade do júri e comprometimento da ordem pública, o que, de fato, ocorre.

Ante o expendido, defiro o pedido e, via de consequência, desloco o julgamento do réu do distrito da culpa para qualquer das Varas do Júri da Comarca da Capital.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Desª Alderita Ramos de Oliveira
Revisora